

CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A - CNPJ 42.516.278/0001-66

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de R\$)

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As movimentações do imobilizado estão divulgadas na nota explicativa 12. **3.7 Intangível:** O ativo intangível da Companhia compreende o direito de uso de canal, de venda, que será amortizado proporcionalmente à produção durante o período do respectivo contrato. As movimentações do intangível estão divulgadas na nota explicativa 13. **3.8 Provisões técnicas - seguros e resseguros:** As Provisões Técnicas são constituídas de acordo com as determinações da SUSEP, com base nas legislações vigentes aplicáveis às sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar. **a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo da provisão considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração, em cada ramo ou plano, por meio de cálculos individuais. Onde, a base de cálculo corresponde ao valor do prêmio comercial, em moeda nacional, bruto das operações de resseguro. No período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão considera o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco. Em complemento à PPNG, constitui-se a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), considerando uma estimativa para os riscos já vigentes, mas que ainda não foram emitidos. A metodologia, descrita em Nota Técnica Atuarial, prevê o recálculo da PPNG realizando cada risco na sua vigência, independente do prazo de emissão do documento, sendo a diferença alocada como PPNG-RVNE. **b) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** Constituída dos valores esperados a liquidar relativos aos sinistros avisados recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A provisão contempla sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente. Contempla também o ajuste IBNER (Sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. É calculada com base em experiência histórica e metodologia descrita em nota técnica atuarial, a qual considera a avaliação de sobras e faltas com base nos testes de consistência efetuada mensalmente na carteira. **c) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** Constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base. Para fins de cálculo são utilizados triângulos de *runoff*, com base nas experiências próprias dos sinistros ocorridos e os seus avisos, considerando o histórico dos últimos 36 meses. Para os ramos 0980 educacional, 0984 e 1384 doenças graves, 1329 funeral, 1381 acidentes pessoais, 1383 total misto, e 1391 vida individual, onde a Companhia ainda não possui experiência suficiente de sinistros para enquadrá-los na metodologia de triângulos de *runoff*, o cálculo é estimado, considerando a aplicação de percentuais sobre o montante de prêmios emitidos ou sinistros avisados nos últimos 12 meses, conforme Nota Técnica de IBNR. **Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros:** Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos, ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja conhecida após o término da vigência desta. **d) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC):** Deverá ser constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os segurados, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. Os produtos comercializados que preveem a constituição dessa provisão estão estruturados na modalidade Benefício Definido, sendo eles a vida inteira e vida temporária, cujas reservas matemáticas são constituídas para a cobertura do evento morte e o produto total misto, cujas reservas são constituídas separadamente para a cobertura dos eventos morte e sobrevivência. É calculada conforme metodologia apresentada na nota técnica atuarial de cada produto, a qual considera um índice de atualização monetária, uma taxa de juros garantida e, para as coberturas que preveem a sua utilização, tábuas de mortalidade. **e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** Constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Esta provisão contempla todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. É calculada conforme Nota Técnica Atuarial e a metodologia para a obtenção da mesma prevê o cálculo de estimativa futura do montante de despesas relacionadas aos sinistros, tendo como base as despesas nos últimos 24 meses. **f) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR):** A provisão de resgates e outros valores a regularizar abrange os valores a resgatar oriundos dos produtos com direito ao resgate após o cumprimento do período de carência, ou seja, o total misto, a vida inteira e a vida temporária. **g) Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** A PCC deverá ser constituída se for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valores apurados no Estudo de Teste de Adequação de Passivos (TAP). A provisão deverá ser segregada em PCC-PPNG ou PCC-PMBaC. **3.9 Outras Provisões, ativos e passivos judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisado de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas, quando aplicável. **Sinistros Judiciais:** Referem-se à estimativa global de perdas com ações relativas a sinistros cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Não existem em curso passivos contingente relevante para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados. **Provisões civis, trabalhistas e tributárias:** A Companhia é parte integrante em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária decorrentes do curso normal de suas atividades. As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado do período. Não existem em curso passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda foi avaliada como provável. A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. O imposto corrente e diferido é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados não são reconhecidos quando a Companhia não apresenta histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ou quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para utilização do crédito tributário. Em dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados no montante de R\$ 25.198 (R\$ 23.708 em dezembro de 2022), a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano. Os montantes dos créditos tributários não reconhecidos contabilmente, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados	25.198	23.708
Adições temporárias (*)	143	291
	25.341	23.999
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	40%	40%
Créditos tributários acumulados não reconhecido contabilmente	10.136	9.600

(*) As diferenças temporárias são compostas por provisão para riscos de créditos a receber, ajuste ao valor de mercado, provisões civis e depreciação de bens de uso próprio. **3.11 Benefícios a empregados:** A Companhia contribui para um plano de previdência privada complementar para seus colaboradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL. O PGBL é um plano previdenciário do tipo de contribuição variável que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora e pelo colaborador, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). A contribuição a cargo do colaborador pode ser feita na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL ou Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL. A contribuição para os planos de previdência (PGBL/VGBL) em dezembro de 2023 foi de R\$ 159 (R\$ 170 em dezembro de 2022). Outros benefícios a curto prazo são oferecidos aos seus funcionários e administradores, tais como, seguro saúde, seguro de vida e acidentes pessoais, vale transporte, vale refeição e alimentação, e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **3.12 Demais passivos - circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

4 NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Diversas normas, alterações e interpretações serão aplicáveis quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se: **4.1 Circular SUSEP nº 678/2022:** Altera a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e dispõe, principalmente, sobre alterações em dispositivos relacionados às provisões técnicas e teste de adequação de passivos (TAP), bem como, a aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que estabelece novos princípios sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros e contratuais, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A Circular SUSEP 678/2022 passa a vigorar a partir de 2 de janeiro de 2024. Na avaliação da Companhia, a adoção da referida norma não traz impactos relevantes em resultado ou patrimônio líquido.

4.2 CPC 50 - Contratos de seguro (IFRS 17): O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e a administração aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.

5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar os objetivos estratégicos e financeiros da Companhia: **Risco de subscrição;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** Esta nota apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos expostos acima, bem como os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos. Abaixo estão apresentadas informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é indispensável em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. A Companhia dissemina o acultamento do gerenciamento de riscos entre os colaboradores, são realizados treinamentos anuais com todos os colaboradores da empresa proporcionando qualidade e eficiência no gerenciamento destes riscos. O processo de Gestão de Riscos representa o conjunto de práticas que tem por finalidade, otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, entre outros, bem como monitorar os níveis de capital requerido, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de toda a estrutura organizacional da Companhia, que abrange desde a Alta Administração até as áreas de negócios e produtos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura específica (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A gestão dos riscos corporativos é suportada por

modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk* (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias, tendo como objetivo análise estratégica dos riscos corporativos. **Processo de gestão de riscos:** A Companhia considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos valores principais para o processo de tomada de decisão. O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às etapas de identificação do risco, análise dos riscos, ações de mitigação e encaminhamentos para discussão e deliberação em conformidade com a política de Gestão de Riscos definida pela Estrutura de Gestão de Riscos - EGR da Companhia. A Auditoria interna é responsável por analisar e emitir relatórios periódicos sobre os processos e riscos da Companhia. Os pontos identificados pela auditoria interna poderão gerar ações administrativas e gerenciais, para tratamento das causas e efeitos de cada risco observado, correções e melhoria de processos. **Risco de subscrição:** O risco de seguro é o risco de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, direta ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas, incluindo os riscos transferidos por qualquer contrato de seguro onde não há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que também advém de uma situação econômica adversa, que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contraprestações. Em resumo, é o risco de que a frequência ou severidade dos sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia. O monitoramento e mitigação dos riscos de seguros são realizados através de procedimentos como a análise rigorosa para a aceitação de riscos, conforme as normas estabelecidas de subscrição e implementação de riscos, além de políticas de limites de retenção de riscos através de metodologias atuariais, e a utilização de resseguro para os riscos que excedam os limites estabelecidos. **Análise de sensibilidade:** A Companhia efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança nas variáveis de cancelamento de prêmio e de sinistralidade nas operações de seguros. O estudo considerou como premissa de sensibilidade o intervalo de confiança superior de 95% e 99% para cada uma das variáveis, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Efeito no Resultado	Efeito no Patrimônio Líquido
Aumento em 19% no cancelamento de prêmio	(40)	(40)
Aumento em 27% no cancelamento de prêmio	(56)	(56)
Aumento em 41% na sinistralidade	(4.139)	(4.139)
Aumento em 58% na sinistralidade	(5.854)	(5.854)

Concentração de riscos de seguros: O quadro abaixo demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio, por região geográfica, baseado no valor dos prêmios emitidos, líquidos de RVNE.

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros de vida coletiva	2.823	416
Seguros de vida individual	1.718	2.134
Total	4.541	2.550

Não considera RVNE de prêmios no montante de R\$ 171 (R\$ 127 em dezembro de 2022). **Estratégia de resseguro:** A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Companhia para com os segurados. Os contratos de resseguro são firmados com resseguradoras locais e estão sujeitos ao processo de análise de risco de crédito, baseado nas classificações de crédito realizado por companhias avaliadoras de risco, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's*, e no tipo de contrato, proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição aos riscos isolados. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável. A Companhia possui contratos de excedente de responsabilidade e quota parte junto ao IRB Brasil Resseguros S.A. para o segmento individual e um contrato facultativo de excedente de responsabilidade e catástrofe no segmento coletivo. Possui também com a SCOR Brasil Resseguros S.A. contratos de excedente de responsabilidade e quota parte para o segmento coletivo, assim como contrato de catástrofe para os riscos de morte qualquer causa e por acidente e para invalidez total ou parcial por acidente.

	31/12/2023	31/12/2022
Ressegurador	Classe	Rating
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	(*) AA+
SCOR Brasil Resseguros S.A.	Local	(**) AA+
Total		5.936

(*) *Standard & Poor's*. Não considera RVNE de prêmio de resseguro. **Risco de crédito:** O risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. O risco de crédito inclui o risco decorrente da insolvência ou falta de liquidez do ressegurador, segurados, emissores de ativos financeiros, bem como os riscos de confiabilidade devido às perdas decorrentes da deficiência de crédito dos devedores. A carteira de investimentos de renda fixa é predominantemente composta por títulos públicos e títulos privados de primeira linha. A política de investimento define limites com relação a classes de *rating* mínimo e os riscos de concentração. **Gerenciamento do risco:** O gerenciamento do risco de crédito inclui monitoramento de exposição ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de risco, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's*, entre outros. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais. A exposição ao risco de crédito também inclui prêmios a receber e créditos com resseguradores, cujas exposições estão na nota 7. **Qualidade do crédito dos ativos financeiros:**

	Rating	31/12/2023	31/12/2022
Disponível		735	762
Disponibilidade em caixa		4	6
Banco Bradesco S.A.	(*) AAA	64	116
Itaó	(***) AA	19	21
Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A	(***) AAA	615	606
Banco Santander (Brasil) S.A.	(*) AAA	9	10
Caixa Econômica Federal	(*) AAA	17	2
Banco do Brasil	(**) AAA	17	1
Aplicações		30.843	30.382
Banco Bradesco S.A.	(*) AAA	-	-
Paraná Banco	(*) AA+	4.216	5.176
Letras Financeiras do Tesouro	(*) BB	9.197	9.613
Nota do Tesouro Nacional NTN-B	(*) BB	11.529	11.140
XP Vista Asset Management Ltda.	(*) AAA	5.901	4.453

(*) *Standard & Poor's*; (**) *Moody's*; (***) *Fitch Ratings*. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. **Gerenciamento de risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado por meio da gestão de ativos e passivos considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência possíveis necessidades na alteração das políticas da Companhia, que por alteração das regras de liquidez, na mudança das políticas de crédito ou até mesmo pela indicação de novos aportes de capital. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento como a análise de sensibilidade e verificação de algoritmo e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros) e gerenciamento de ativos e passivos. A carteira de investimentos da Companhia segue a política de investimentos, visando a manutenção da liquidez em níveis mínimos necessários para o pagamento das obrigações da Companhia sob qualquer circunstância. O objetivo é equilibrar a liquidez com a otimização da rentabilidade dos ativos e manutenção dos riscos de mercado e de crédito adequados à atividade da Companhia. Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente pela Administração. **Exposição ao risco de liquidez:** A Companhia adota política de liquidez que considera em suas diretrizes estratégias de gestão de risco de liquidez, a avaliação dos parâmetros relacionados a: i) potenciais aumentos das solicitações de cancelamentos, resgates e portabilidades; ii) potenciais aumentos de sinistralidade, despesas administrativas e outras despesas operacionais, inclusive decorrentes de eventos catastróficos, oscilações nos fluxos de caixa de ativos e passivos decorrentes de flutuações do mercado financeiro; iii) e as necessidades de observância dos requisitos regulatórios em vigor. **Gerenciamento de ativos e passivos:** A tabela a seguir apresenta os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência, detidos pela Seguradora.

	Fluxo de ativos (a)	Fluxo de passivos (b)
Fluxo até 1 ano	22.505	20.074
Fluxo de 1 a 3 anos	4.592	4.029
Fluxo acima de 3 anos	13.348	8.100
	40.245	32.203

(a) Contempla aplicações financeiras, disponibilidade, créditos com operação de seguros, resseguros e previdência complementar, outros créditos operacionais e ativos de resseguro; (b) Contempla provisões técnicas, contas a pagar e débito das operações com seguro e resseguros; Os ativos foram distribuídos com base nos prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa. As provisões técnicas foram distribuídas com base nos fluxos dos testes de adequação do passivo (TAP) e a melhor expectativa quanto a data de liquidação de sinistros estimados. **Risco de mercado:** O risco de mercado pode ser entendido como o risco associado a alterações nos preços de mercado, em razão da volatilidade de fatores como taxa de juros, índices de preços (inflação), renda variável e derivativos. Nessa linha, o objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, buscando otimizar o retorno dos investimentos, dentro de limites de riscos aceitáveis pela Companhia. A Companhia adota políticas de investimentos, para evitar a concentração de risco. Os investimentos de curto e longo prazo devem ser aplicados em Instituição Financeira que tenha a avaliação de uma das agências de riscos *Moody's, Fitch Ratings* e *Standard & Poor's*, na Escala Global, ou seu equivalente na Escala Nacional. **Análise de sensibilidade:** A carteira de aplicações financeiras, de acordo com o seu valor justo (nota 6), totalizava R\$ 30.054 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 28.841 em 31 de dezembro de 2022). Desse montante, cerca de R\$ 19.937 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 19.212 em 31 de dezembro de 2022) estão classificados como mantidos até o vencimento, que representa 66,30% em dezembro de 2023 (66,6% em dezembro de 2022) da carteira de aplicações financeiras. A principal metodologia empregada pela Companhia para gerenciamento do risco de mercado se baseia no cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico, considerando 5% de confiança e um horizonte de tempo de 21 dias. Em 31 de dezembro de 2023, o VaR foi de 0,0% devido à concentração da carteira em títulos pré-fixados, atrelados à Selic e CDI, e da maioria dos ativos estarem registrados como mantidos até o vencimento (marcação na curva). O objetivo do VaR é medir a perda esperada dado um horizonte de tempo e um intervalo de confiança conhecido. A limitação do VaR no modelo paramétrico pressupõe que os retornos são dispostos a partir do modelo de uma curva normal, podendo resultar na incapacidade da informação de refletir completamente o valor justo dos ativos e passivos envolvidos. Mesmo com tal limitação o modelo paramétrico é considerado adequado e aceito amplamente no mercado, principalmente em casos de carteiras que não possuem ativos não lineares. **Risco operacional:** O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. No gerenciamento do risco operacional a Companhia adota como política o aprimoramento contínuo dos processos, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade destes processos. O gerenciamento do risco inclui a gestão do risco operacional através do Grupo de Trabalho - Gestão de Riscos onde são identificadas, mitigadas e estabelecidas ações corretivas dos processos falhos. Para a mitigação dos riscos, são adotadas medidas de combate à fraude e corrupção, formalizadas por meio do Código de Ética e Conduta, da Política de

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, além de adotar medidas de Segurança da Informação visando assegurar a confiabilidade, a integridade e a disponibilidade das informações. **Gerenciamento de Ativos e Passivos:** Mensalmente é realizado uma análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira e apresentado em comitê financeiro, com o objetivo de verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados e direcionar os prazos de parte dos seus investimentos para cobertura dos produtos de vida em regime de capitalização com garantia de rentabilidade.

6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras:

	31/12/2023	31/12/2022
Valores Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Títulos a valor justo por meio do resultado	10.117	10.117
Fundo de investimento aberto	5.901	5.901
Certificado de depósito bancário (CDB)	4.216	4.216
Títulos mantidos até o vencimento	20.726	19.937
Letras financeiras do tesouro (LFT)	9.197	9.204
Notas do Tesouro Nacional-série B (NTN-B)	11.529	10.733
Total	30.843	30.054

b) Composição das aplicações financeiras por taxa de juros contratada:

	31/12/2023	31/12/2022
Título	Taxa de juros Contratada - %	Custo mais rendimentos
Títulos privados de renda fixa	114% CDI	106% CDI
CDB Paraná Banco	14	17
Títulos públicos de renda fixa	100% SELIC	100% SELIC
LFT	30	32
NTN-B	37	37
Fundos de Investimento	19	14
Total	30.843	30.382

c) Movimentação das aplicações financeiras:

	31/12/2023	31/12/2022
Mantidos até o vencimento	Valor justo por meio de resultado	Total
Títulos Públicos	Investimento Aberto	Títulos Privados
2023	2022	2023
20.753	16.679	4.500
(+) Aplicações	10.493	6.590
(-) Resgates	(2.159)	(8.462)
(+) Rendimentos	2.132	2.043
(+/-) Ajuste a valor justo	-	-
(-) Saldo final	20.726	20.753
Hierarquia do valor justo:	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado	Nível 1	Nível 2
Fundo de investimento aberto	5.901	5.901
Certificado de depósito bancário (CDB)	4.216	4.216
Ativos financeiros mantidos até vencimento*	9.204	8.141
Letras financeiras do tesouro (LFT)	10.733	10.733
Notas do Tesouro Nacional-série B (NTN-B)	19.937	10.117
Total	19.937	10.117

* Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", são apresentados pelo valor justo.

e) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título:

	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 9 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos	Valor Total	Ajuste a valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	5.901	-	-	4.216	-	10.117	10.117
Quotas de outros fundos de investimento	5.901	-	-	-	-	5.901	5.901
Títulos de renda fixa privados	-	-	-	4.216	-	4.216	4.216
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	9.232	-	11.494	20.726	19.937
Títulos de renda fixa públicos	-	-	9.232	-	11.494	20.726	19.937
Total	5.901	-	9.232	4.216	11.494	30.843	30.054

	0 - 3 meses	3 -
--	-------------	-----

<p>★ continuação</p>		
<p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>JOÃO ELÍCIO FERRAZ DE CAMPOS Presidente</p> <p>DAVID ANTHONY AZZARITO Conselheiro</p> <p>ILEANA MARIA IGLESÍAS TEIXEIRA MOURA Conselheira</p> <p>RAMON DAVID GALANES Conselheiro</p>	<p>DIRETORIA</p> <p>RICARDO JOSÉ IGLESÍAS TEIXEIRA Diretor Presidente</p> <p>JOÃO MARIA FRANCISCO Diretor Administrativo Financeiro</p> <p>REGINA HOINATSKI Diretora de Produtos e Operações</p> <p>MORONI CORDEIRO Diretor de Controles Internos</p>	<p>CONTADORA</p> <p>SHARLENE CRISTINA CORDEIRO DE MACEDO CRC/PR 066023/0-0</p>
<p>ATUÁRIA</p> <p>TAISA DUPONT MIBA - 2014</p>		
<p>PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES</p>		
<p>Aos Acionistas e Administradores da Centaurus Vida e Previdência S/A - Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Centaurus Vida e Previdência S/A (a seguir denominada "Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Responsabilidade da Administração: A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Atuários Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>		
<p>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</p>		
<p>Aos Conselheiros e Diretores da Centaurus Vida e Previdência S/A - Curitiba - PR - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Centaurus Vida e Previdência S/A (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Centaurus Vida e Previdência S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado: A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida de acordo com as normas expedidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, está sendo apresentada de forma voluntária pela Companhia e foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar</p>		
<p>MIRADOR</p> <p>Sérgio Rangel Guimarães Atuário Auditor Independente - MIBA 0743 - CPF 467563020/00 Mirador Assessoria Atuarial Ltda. CIBA 84 - CNPJ: 04.941.624/0001-64 Rua General Câmara, 230/701, Porto Alegre, RS, 90010-230 - mirador360.com.br</p>		


Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total e a cobertura é perfeita.

Um jornal com a tradição de 46 anos de circulação, é muito mais adequado para suas publicações legais. **Atas, editais, balanços, seja o material que for, você pode contar com a agilidade e a frequência de nossas páginas.**

- TRADIÇÃO NA PUBLICIDADE LEGAL
- CLASSE EMPRESARIAL E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O DI&C
- 46 ANOS DE CREDIBILIDADE EDITORIAL
- EDIÇÕES IMPRESSAS DE 2ª A 6ª FEIRA
- PORTAL DE PUBLICAÇÕES NO SITE www.diarioinduscom.com.br

ENTRE EM CONTATO
(41) 3333-9800 ou E-MAIL publegal@induscom.com.br





ASSINADO VIA
IPSign
CNPJ: 09.570.162/0001-30
151-221-2008, 112-3-7280/02-108-02-30
CERTIFICADO DIGITAL

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/02/2024



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:
https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

Documento final gerado em 23/02/2024 00:02:14
Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: 24365dc80c1521362bad240bdced7e37de6d5e7a77ecc5af23ab593ef4fff944



Assinatura

Assinado em: 23/02/2024 00:02:30
Tipo de assinatura: Desenho na tela
Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 09570162000130
E-mail: financeiro2@induscom.com.br
Identificador: 93d9d0a089424fd811d8f2ce145a6c43



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
191.221.207.8, 172.31.16.24	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 121.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: verificador.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A
CNPJ. 78.231.701/0001-29 - NIRE 4130002304
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 54

O Sr. Júlio Zugman Diretor Presidente da sociedade AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A, convida os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de Fevereiro de 2024, às 9:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1) Deliberação acerca da alteração do estatuto da Companhia, para o fim de modificar o capítulo relativo à sua Administração, alterando de 2 (dois) para 5 (cinco) o número de diretorias. 2) Eleição de novos membros da Diretoria. 3) Assuntos gerais. Curitiba (Pr), 20 de Fevereiro de 2024. Julio Zugman - Diretor Presidente.

Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total e a cobertura é perfeita.

Um jornal com a tradição de 46 anos de circulação, é muito mais adequado para suas publicações legais. **Atas, editais, balanços, seja o material que for, você pode contar com a agilidade e a frequência de nossas páginas.**

- TRADIÇÃO NA PUBLICIDADE LEGAL
- CLASSE EMPRESARIAL E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O DI&C
- 46 ANOS DE CREDIBILIDADE EDITORIAL
- EDIÇÕES IMPRESSAS DE 2ª A 6ª FEIRA
- PORTAL DE PUBLICAÇÕES NO SITE www.diarioinduscom.com.br

ENTRE EM CONTATO

(41) 3333-9800 ou E-MAIL publegal@induscom.com.br

DIÁRIO INDÚSTRIA & COMÉRCIO



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 23/02/2024

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 23/02/2024 00:04:57
Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: 35ff4bcc33babe4a20fac92ddfb1bf6ca0eb53500611b8403bbe24bf22e54f12



Assinatura

Assinado em: 23/02/2024 00:05:07
Tipo de assinatura: Desenho na tela
Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 09570162000130
E-mail: financeiro2@induscom.com.br
Identificador: 01108aada8bd45538c9a90b4a2a843bd



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
191.221.207.8, 172.31.16.24	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 121.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 983/2020. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: verificador.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

